



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

RODRIGO DOS SANTOS FONTOURA

**O LAZER COMO UMA DEMANDA SOCIOESPACIAL: O CASO DE PONTE NOVA,
MINAS GERAIS**

RODRIGO DOS SANTOS FONTOURA

**VIÇOSA
2017**

RODRIGO DOS SANTOS FONTOURA

**O LAZER COMO UMA DEMANDA SOCIOESPACIAL: O CASO DE PONTE NOVA,
MINAS GERAIS**

Monografia apresentada como exigência de conclusão do
Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de
Viçosa/MG. Orientador: Prof. Ulysses da Cunha Baggio

**VIÇOSA
2017**

RODRIGO DOS SANTOS FONTOURA

**O LAZER COMO UMA DEMANDA SOCIOESPACIAL: O caso de Ponte Nova,
Minas Gerais**

Monografia apresentada como exigência para conclusão do
Curso de Geografia pela Universidade Federal de Viçosa/MG.

APROVADA: ____/____/____

Higor Mozart Geraldo Santos

Luiz Henrique Vieira

Prof. Ulysses da Cunha Baggio (Orientador)

VIÇOSA
2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por estar presente em todos os momentos da minha vida.

Aos meus pais, José Maria Fontoura e Ângela Maria, que me transmitiram os valores da vida e me ensinaram a nunca desistir dos meus sonhos.

Aos meus irmãos, Renata e Ricardo, pelo incentivo.

Ao meu orientador, Professor Ulysses da Cunha Baggio, pela dedicação a mim proporcionada, pela contribuição efetiva durante a confecção deste trabalho mesmo tendo seus diversos afazeres jamais deixou ser prestativo e sanar minhas diversas dúvidas no exato momento em que elas apareceram.

E a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a concretização deste sonho.

RESUMO

O lazer é um direito social e cabe ao Estado proporcionar ao cidadão condições de usufruir desse direito. Este trabalho apresenta como tema “O lazer como uma demanda socioespacial: o caso de Ponte Nova, Minas Gerais”, tendo como objetivo geral: analisar a relevância do lazer na vida das pessoas, especialmente no município de Ponte Nova, Minas Gerais e, específicos: destacar a visão dos pontenovenses em relação a essa questão; identificar as formas de apropriação desses espaços públicos e Ponte Nova; identificar os principais agentes responsáveis pelos espaços públicos de lazer na cidade; observar possíveis interferências nos espaços privados de lazer; analisar o interesse da população pontenovense quanto ao uso dos espaços públicos como área de lazer. A metodologia utilizada envolve tanto um tratamento descritivo do tema, como uma abordagem qualitativa e quantitativa através de um levantamento das localidades destas áreas de lazer no município de Ponte Nova/Minas Gerais, bem como o registro fotográfico sobre o real estado de conservação destas áreas, além de entrevistas com questionários para se conhecer o ponto de vista daqueles que se utilizam desses espaços na cidade. Os resultados apontam a insatisfação de pontenovenses quanto às áreas de lazer existentes no município e o desejo de que haja parcerias entre o poder público municipal e entidades da rede privada para conservação e revitalização das áreas existentes, bem como a criação de novas áreas para promoção da qualidade de vida e bem estar dos pontenovenses.

Palavras-Chave: Lazer, Geografia do lazer, Espaços Públicos, Tempo Livre; Ponte Nova, MG.

SUMÁRIO

1 Introdução	7
2 Metodologia	12
3 A Geografia e a Questão do Lazer Mobilizando Categorias à Análise do Tema	14
3.1 Tempo Livre e Lazer	17
3.2 Geografia e o Lugar do Lazer: uma discussão necessária	20
4 O Papel do Poder Público Quanto ao Lazer de uma População	23
5 O Papel da Sociedade Civil na Construção de Áreas de Lazer nas Cidades .	26
6 Áreas de Lazer em Ponte Nova/Minas Gerais	28
Considerações Finais	37
Referências Bibliográficas	39
Apêndices	43

1 Introdução

1.1 O lazer e sua importância

O lazer é um dos direitos sociais destacados pela Constituição da República (BRASIL, 1988) e, sendo direito de todos os cidadãos, políticas públicas vêm sendo elaboradas para promoção da qualidade de vida dos indivíduos. Com isso, tornou-se necessária a “integração entre as dimensões econômicas e sociais na criação de novas estratégias, visando a um melhor planejamento das cidades” (FURTADO, 2016, p. 34).

Mesmo com o empenho da Administração Pública Municipal de Ponte Nova/Minas Gerais em oferecer aos pontenovenses áreas de lazer, estas, muitas vezes não atendem às necessidades da população.

Para Frank e Yamaki (2016, p. 1) “o lazer tornou-se uma necessidade humana, dotada de uma miríade de significados que são legíveis no espaço e no tempo. Trata-se de uma atividade social que consome e se desenvolve no espaço e para os indivíduos”. Estudos de Fernandes (2007); Yázigí (2009) e Silva e Miranda (2011) sobre o lazer na geografia, têm sido realizados, sobretudo, no âmbito do segmento da Geografia do Turismo, uma vez que “o turismo modifica o espaço geográfico porque necessita criar uma infraestrutura e direcionar mão de obra especializada para atender os turistas” (FREITAS, 2017, p. 1) e, mais especificamente, da Geografia dos Esportes, geografia que se preocupa com o estudo das atividades esportivas e sua distribuição espacial pelo território (FRANK, 2014).

Para Frank e Yamaki (2016), o lazer necessita de espaço, colocando como exemplos os terrenos baldios na periferia que se tornam campinhos improvisados. Festas juninas, por exemplo, são realizadas, de modo geral, em centros comunitários ou nos pátios de igrejas e escolas. Atividades esportivas, por sua vez, podem recriar ambientes já consolidados no exterior das comunidades, mimetizando de forma intencional ou espontânea pistas de atletismo, quadras e campos esportivos.

É preciso compreender, então, que as atividades de lazer dependem dos ambientes onde elas acontecem. Nesse sentido, cabe ao poder público realizar o planejamento de uma política de lazer, considerando os equipamentos existentes, o território a ser ocupado e as condições do espaço social, tendo em vista a sua

melhor e mais adequada destinação ao usufruto pela população; o que implica na participação da sociedade civil (ALMEIDA, 2008). A população envolvida deve participar da gestão das áreas e equipamentos de lazer disponibilizados pelo poder público.

Segundo Padovan e Schwartz (2009), o lazer é, pois, uma forma de socialização e de inclusão social que pode ser definido como a execução de atividades que têm como objetivo distrair, descansar, relaxar e exercer alguma forma de recreação. É de grande importância para o bem-estar físico, social e emocional de toda pessoa, imprescindível para a manutenção da saúde. Mais especificamente, a prática de atividade esportiva é bastante importante no combate ao estresse mental, físico e psicológico.

A pessoa que não possui momentos de descontração pode se tornar não apenas um ser anti-social, como ficar mais suscetível a problemas como ansiedade, depressão e obesidade. O que implica, portanto, um problema de saúde pública, que envolve o lazer.

Assim, os espaços das cidades devem ser utilizados para oferecer às pessoas momentos de descontração, encontro e sociabilidade, sobremaneira num contexto em que a urbanização capitalista tenha se tornado geograficamente extensiva. Uma implicação importante desse processo é justamente a captura do tempo livre das pessoas pelo capital e pelo mercado, submetendo-o, assim, à lógica do consumo, sob a qual o lazer é amplamente inserido nos circuitos de valorização do capital. Surge, então, a ampla privatização que incide sobre o lazer, consubstanciando-se em mais uma frente de expansão dessa mesma valorização, justamente num contexto em que o capital esteja submetido a um processo de desvalorização, dado pela crise em curso. E isso ao custo do lazer público ter se tornado sensivelmente restringido em nossas cidades, de modo geral, trazendo efeitos deletérios à qualidade de vida urbana.

Nesta pesquisa o conhecimento científico possui grande relevância para obtenção de êxito na produção teórica que se busca abordar. O desejo de concepção dessa monografia origina-se no desejo de se compreender a cidade enquanto palco de constantes transformações urbanas e conseqüentemente, os aspectos encontrados nos espaços públicos. Sendo assim a “Geografia Urbana” é a que mais se insere nos estudos aqui propostos.

Essa abordagem suscita, ademais, uma compreensão mais ampla do significado de meio ambiente, que revoga a visão simplista de meio ambiente como sinônimo de natureza, posto que ele tenha passado a abarcar as casas, o local de trabalho e toda a cidade. Daí a necessidade de reflexão sobre o uso de seus espaços (NUNES JUNIOR; COSTA e COSTA, 2010), e, nesse sentido, do uso ao lazer enquanto uma demanda qualitativa importante da sociedade moderna, bastante submetida às compressões do cotidiano urbano.

Já Ambrósio (2010) atenta que as cidades brasileiras têm passado por uma grave crise urbana, compreendendo-a como resultado de décadas de omissão e ineficácia do poder público nas tentativas de implantação de políticas urbanas e habitacionais, além da incapacidade dos atuais administradores em constituir e gerenciar políticas públicas visando garantir infraestrutura urbana básica para seus habitantes. Para o autor, a cidade é vista como espaço de especulação imobiliária, onde se constroem espaços nas cidades seguindo sempre suas pretensões empresariais e imobiliárias, muitas vezes, com a conivência do Poder Público.

Por outro lado, qualquer cidade conta com espaços que podem ser destinados ao convívio social, ao convívio com a natureza, que são importantes para manifestações culturais, sociais e políticas.

Com o município de Ponte Nova/Minas Gerais não é diferente. Trata-se de uma cidade localizada na Zona da Mata Mineira, com uma população de aproximadamente 60.188 habitantes, segundo dados do IBGE de 2016. Do mesmo modo que a maior parte das cidades brasileiras de pequeno porte, Ponte Nova também possui muitos espaços disponíveis, porém com poucas áreas direcionadas e preparadas às atividades de lazer, dentre elas a prática de atividades esportivas, especialmente no que concerne aos mais jovens e idosos.

Assim, apresentamos como objeto de estudo dessa pesquisa a análise do lazer como uma demanda socioespacial, tomando-se como evidência empírica, a fins de subsidiar nossa abordagem, as áreas de lazer do espaço urbano do município de Ponte Nova/Minas Gerais. Daí procedermos à identificação de áreas utilizadas pela população pontenovense para os momentos de lazer. Além disso, buscar-se-á a verificação do papel do Poder Público na implantação e implementação de políticas voltadas à garantia do lazer, enquanto direito do cidadão.

A pesquisa leva em conta o constante processo de urbanização do espaço geográfico, que, assim, vem se tornando palco de constantes e profundas transformações. Tal processo produz efeitos que impactam a todos, principalmente às populações de menor renda ou segmentos mais empobrecidos da população, os quais, como se sabe, não apresentam condições ao custeio de atividades de lazer em áreas privadas, tais como clubes e quadras poliesportivas.

Reportamo-nos, assim, à comprovação ou não de determinadas hipóteses, que irão permitir a construção argumentativa a respeito do tema abordado. Na medida em que constatamos uma carência de áreas públicas de lazer no espaço urbano da cidade de Ponte Nova, MG, indagamo-nos acerca da atuação do poder público no setor, que conota, num primeiro momento, ao menos, certo desinteresse ao setor, acompanhado por insuficiências de investimentos ao mesmo. Surge a percepção de que as áreas existentes para o lazer neste espaço se apresentarem subutilizadas, submetidas, assim, a ações constantes (e em crescimento) de vandalismo, principalmente nas áreas periféricas do município.

Vale destacar que Ponte Nova, dentre outros espaços que poderiam ser utilizados para fins de lazer, cultura e turismo, conta com quatro campos de futebol, um deles inteiramente desativado, uma vez que foi inteiramente destruído pela enchente do Rio Piranga, que corta a cidade, bem como uma pista de *skate*, destruída por ações de vandalismo, sem contar com cuidados do Poder Público Municipal.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar a relevância do lazer na vida das pessoas, especialmente no município de Ponte Nova, Minas Gerais, destacando a visão dos pontenovenses em relação a essa questão.

Como objetivos específicos: identificar as formas de apropriação desses espaços públicos e Ponte Nova; identificar os principais agentes responsáveis pelos espaços públicos de lazer na cidade; observar possíveis interferências nos espaços privados de lazer; analisar o interesse da população pontenovense quanto ao uso dos espaços públicos como área de lazer.

Considera-se a relevância do estudo, a partir do momento em que as diversas questões encontradas na cidade de Ponte Nova/Minas Gerais são também encontradas em diversas outras cidades de médio e até mesmo pequeno porte e os resultados desta pesquisa servirão como parâmetro para planejamento urbano tanto

na cidade de Ponte Nova/Minas Gerais, como para as outras que enfrentam o mesmo problema. O trabalho vem contribuir para o entendimento dos aspectos referentes aos processos de evolução do espaço urbano, de modo que possa melhor servir as necessidades futuras.

O trabalho justifica-se pela necessidade de se repensar as cidades sob a ótica da justiça social e qualidade de vida na zona urbana.

O trabalho final ficou assim estruturado: Uma introdução, apresentando a contextualização do tema, os objetivos, as hipóteses do estudo e a justificativa; um Referencial Teórico, onde são apresentadas pontos de vista de diversos autores sobre o lazer nos espaços públicos na zona urbana das cidades, o papel do Poder Público quanto ao lazer de uma população, o papel da sociedade civil na construção de áreas de lazer nas cidades; a metodologia utilizada na confecção do trabalho; os resultados encontrados sobre o lazer como demanda sociocultural no município de Ponte Nova/Minas Gerais e, as considerações finais.

2 Metodologia

O estudo proposto envolve tanto um tratamento descritivo do tema, como uma abordagem qualitativa e quantitativa.

Cervo e Bervian (2002) definem a pesquisa descritiva como aquela que observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los.

Sobre a pesquisa qualitativa, Gerhardt e Silveira (2009) alegam que esta não se preocupa com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.

Ainda em relação à pesquisa quantitativa, Marconi e Lakatos (2011) afirmam que é um método caracterizado pelo emprego da quantificação, os pesquisadores se valem de amostras amplas e informações numéricas.

A escolha pela incorporação da abordagem quantitativa se justifica pela necessidade de obedecer a um plano pré-estabelecido, a necessidade de recolher dados através de questionários estruturados, com questões aplicadas em entrevistas individuais dirigidas àqueles que se utilizam dos espaços de lazer observados.

O método qualitativo, por sua vez, se justifica pela necessidade de compreender os fenômenos observados a partir da perspectiva dos agentes que fazem parte do processo e, conseqüentemente, realizar uma discussão sobre os resultados obtidos.

Foi feito um levantamento das localidades destas áreas de lazer no município de Ponte Nova/Minas Gerais, bem como o registro fotográfico sobre o real estado de conservação destas áreas, além de entrevistas com questionários para se conhecer o ponto de vista daqueles que se utilizam dessas áreas na cidade.

O questionário (Apêndice I) foi aplicado ao longo do processo de pesquisa, e conta com perguntas no intuito de identificar quem são as pessoas que se utilizam dos espaços de lazer e quais medidas, de acordo com o seu ponto de vista, podem contribuir para a recuperação e melhor uso destas áreas.

Outro questionário (Apêndice II) foi aplicado a representantes do Poder Público municipal, buscando compreender o porquê de algumas áreas se encontrarem em situação de abandono e identificar propostas para a solução do problema.

As pessoas entrevistadas representaram o conjunto principal de sujeitos e, visando complementar as informações, a pesquisa envolveu ocupantes de cargos da Administração Pública Municipal e os usuários dos espaços públicos (população).

Os questionários aplicados aos sujeitos da pesquisa foram de fundamental importância para que o pesquisador pudesse organizar um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema estudado e compara-las às observações dos espaços reservados ao lazer do município de Ponte Nova/Minas Gerais.

3. A Geografia e a Questão do Lazer Mobilizando Categorias à Análise do Tema

A Geografia é a ciência que estuda os espaço e todas as suas categorias. O espaço geográfico é o principal objeto de análise da Geografia, mas, além deste, existem quatro principais conceitos que se consolidaram como categorias geográficas: território, região, paisagem e lugar (PENA, 2017).

O território é definido como sendo um espaço delimitado que se dá através de fronteiras, sejam elas definidas pelo homem ou pela natureza e a paisagem é compreendida como as configurações externas do espaço referentes às manifestações e fenômenos espaciais que podem ser apreendidos pelo ser humano através de seus sentidos. (PENA, 2017). Já “o conceito de região é correlacionado com continuidade e contigüidade (vizinhança), possuindo delimitação e características semelhantes” (ABREU, 2009, p. 2).

Costa e Rocha (2010) afirmam que afirmam que, na geografia, o território, na geografia, o território é entendido como o aproveitamento de uma porção do espaço por um grupo organizados pela ação do Estado, a paisagem é entendida como como resultado das relações homem/natureza e o lugar é onde a vida se realiza, está carregado de afetividade e significado.

Para Milton Santos (1997) o espaço geográfico constitui "um sistema de objetos e um sistema de ações" que: é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único na qual a história se dá.

Abreu (2009, p. 1) também apresenta alguns conceitos de espaço na geografia. Citando, dentre outros, o Professor Geraldo Lopes, define o espaço como “uma porção específica da superfície da Terra, cuja interação entre natureza e ser humano, reflete na reprodução social e na construção da paisagem”. O espaço geográfico é apresentado como a natureza socializada, pois, uma vez que muitos fenômenos apresentados como se fossem naturais, são fenômenos sociais.

Quanto aos espaços públicos, Ferreira (2007) relaciona a igualdade neles existente com uma igualdade de desiguais que precisam ser igualados sob certos aspectos e por motivos específicos. O autor lembra que o espaço público estabelece a realidade do próprio eu, da própria identidade. Silva, Lopes e Lopes (2011), citando Macedo (1995, p. 24), enfatiza que a vida útil de determinado espaço livre urbano está diretamente vinculada à possibilidade constante de apropriação que este permite ao seu público usuário.

Neste contexto, vale lembrar a opinião de Sartório e Freire (2013, p. 9) sobre os espaços nas cidades brasileiras:

As cidades no Brasil, especialmente as de grande aglomeração populacional, vivem um ritmo comandado por essa lógica econômica. Esses espaços fortemente urbanizados e industrializados funcionam como máquinas que não podem parar, posto que geradoras de riqueza, deterioram a qualidade de vida dos moradores, resultando numa completa desumanização desses espaços.

Uma das categorias que embasam este estudo é o lugar. Para conceituá-lo, Abreu (2009, p. 2) o aponta como a “base da reprodução da vida (vivência afetiva) e pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar”. O autor também identifica aquilo que é considerado o não-lugar: “lugares de passagem, como aeroportos, estradas, supermercados, local de trabalho etc., não existindo uma relação ou mesmo uma identidade com o indivíduo”.

Vale ressaltar que espaço é um conceito físico, mensurável, considerado uma micro-paisagem urbana definida; enquanto o lugar tem uma conotação antropológica e psicológica (FERREIRA, 2007, p. 96).

Neste sentido, Baggio (2014) enfatiza a necessidade de um exame atento e paciente sobre a cidade e o urbano, no que importa às possibilidades concretas abertas às formas de uso e apropriação social de lugares da cidade, que devem estar sintonizadas com os desejos, anseios e demandas sociais. O lazer, ao lado de outras demandas sociais importantes, se insere totalmente nesse universo.

Ferreira (2007) destaca que existe grande diferença entre as formas de apropriação em bairros centrais e os periféricos. Para ele o lazer periférico, apropriando-se de terrenos vazios, campos de várzea, ruas de pouco movimento etc, supre a ausência de espaços projetados e mantidos pelo poder público e a precariedade do espaço (sub)urbanizado limita as possibilidades de uso pela população. Por isso, existe a necessidade de encontrar alternativas que levam a população a transgredir (no sentido de redefinição de usos e apropriações mais desejáveis) o uso das ruas, de terrenos baldios, de praças abandonadas. No país e em Minas Gerais, em diversas cidades desse estado, é possível identificar práticas organizadas ou mesmo de caráter espontâneo com esse sentido, como, por exemplo, em Belo Horizonte, ações diversas (atividades culturais, políticas, etc.) na Praça da Estação, resultando na situação socioespacial que ficou conhecida como “Praia da Estação”. Podem-se mencionar também, ainda nesta cidade, práticas culturais no bairro de Santa Tereza, sobretudo na Praça Duque de Caxias, etc. Em Ponte Nova as práticas culturais tem ocorrido na Praça de Palmeiras, onde acontecem shows com artista famosos, cinema itinerante, apresentação de grupos

de capoeira e de teatro, feiras de artesanato, etc. São práticas sociais auspiciosas, que remetem a certa retomada/restituição do espaço público nas cidades, dentro de certos limites, é bem verdade, haja vista a avassaladora privatização do espaço urbano verificada. Mas isso não significa, no entanto, uma espécie de via de mão única, havendo reações, resistências, ações de caráter propositivo quanto a usos e formas de apropriação, ainda que relativas, na cidade. Elas também contribuem a uma maior politização em torno da questão, no sentido de que a cidade é ou deveria ser fundamentalmente um bem público.

Para Ambrósio (2010) as cidades têm sido vistas como espaço de especulação imobiliária, onde os detentores dos meios e do capital organizam, decidem e constroem os espaços das cidades seguindo sempre suas pretensões empresariais e imobiliárias. Os espaços públicos devem ser voltados também ao lazer, uma vez que este, e o desenvolvimento artístico e cultura, além da participação política e o bem-estar socioeconômico são essenciais para o estabelecimento de um cidadão pleno, em uma cidade mais democrática.

De acordo com Sartório (2015), o Poder Público deve considerar com atenção a conquista da cidadania e de direitos sociais, por intermédio da promoção da qualidade de vida das pessoas e por meio da promoção de maior igualdade social e material. Para o autor, o processo na formação das cidades não é a favor da diversidade urbana e da vivência da população em seu espaço. Enfatiza-se que as relações entre os indivíduos, cada vez mais, se reduzem em ao habitar e ao trabalhar nas cidades.

Estudo de Caravelas e Bahia (2010) destaca que as pessoas consideram que o lazer está ligado à sensação de bem-estar e à socialização, à diversão, à descontração e ao descanso, como: ir à praça, à praia, a um sítio, a praticar esportes, a sair com a família ou com os amigos e a comer. As autoras enfatizam que as pessoas, muitas vezes, acabam por não perceber a real importância do lazer como um direito básico, sempre o deixando para depois, quando não suportando a carga cotidiana do trabalho, ou quando suas obrigações trabalhistas já foram realizadas.

Sartório (2015) destaca ainda que a cidadania não está relacionada apenas com um sentimento de nacionalidade ou de relação com o Estado, mas relaciona-se às vivências cotidianas das pessoas, dentro de um quadro territorial, marcado pelas

hierarquias e pelas restrições de acessos. Ressalta-se que “os espaços para o Lazer devem contribuir na construção e no desenvolvimento do sentimento de cidadania e democracia na população” (OLIVEIRA *et al.*, 2005 apud ALMEIDA (2008).

3.1. Tempo Livre e Lazer

Considera-se tempo livre como “aqueles momentos em que não há necessidade de trabalhar, ou qualquer outra atividade importante em termos de obrigação” (FRANK e YAMAKI, 2016, p. 5).

Fernandes e Becker (2007) apontam o lazer, mais especificamente, como uma atividade humana importante e fundamental no contexto da sociedade contemporânea e salientam que por muito tempo as atividades de lazer estiveram ligadas ao tempo livre fora do trabalho com a finalidade de gerar satisfação ao indivíduo.

Vale enfatizar o que diz Sartório e Freire (2013, p. 8):

Na contemporaneidade, a consolidação e expansão de uma sociedade da produção e do consumo coopta, cada vez mais, o tempo livre do trabalhador, dirigindo esse tempo para a aquisição do lazer-mercadoria. São inúmeros os produtos da denominada cultura de massas à disposição. Proliferam-se nas cidades os locais, os abrigos onde essas mercadorias são compradas como lazer; esses lugares, eles próprios, transformaram-se em lazer, a exemplo dos *shopping centers*.

Em Ponte Nova/Minas Gerais, pode-se observar um grande número de jovens, à noite, utilizando o tempo livre sentados, na porta de um *shopping center*. Para Castro e Castro (2015), as pessoas, muitas vezes, acabam impossibilitadas de vivenciar o tempo livre para o lazer. Isso por falta de condições, ou de espaços direcionados à prática do mesmo, por faltar investimento adequado pela esfera pública, por exemplo.

Com a urbanização, as cidades têm investido em espaços privados de lazer. Santos e Manolescu (2009) também citam como exemplo os shoppings, considerados privilégios de poucos, setores imobiliários e condomínios que investem em um lazer privado, o que abrange uma minoria representada por um pequeno grupo de pessoas elitizadas, que podem acabar se isolando do convívio sociocultural.

Na mesma proporção em que se deu o crescimento da população urbana de forma desordenada desordenada (ou talvez, “ordenada” em conformidade com a lógica preeminente do capital), houve, também, o crescimento de áreas edificadas

nas cidades, espaços esses destinados a habitação, comércio, serviços, indústrias; e os espaços considerados livres, com a função de suprir as necessidades básicas de convivência, recreação e lazer (SILVA; LOPES e LOPES, 2011).

Segundo os autores,

Os espaços livres são considerados todas as áreas sem edificação, como as destinadas à circulação, representadas pelas ruas, vielas, avenidas, corredores externos, rotatórias, pátios e quintais, além das áreas utilizadas para recreação, lazer e estar, como as praças e os parques (SILVA; LOPES e LOPES, 2011, p. 198).

A criação e a manutenção dos espaços livres urbanos trazem inúmeros benefícios ambientais e socioculturais, formando um relevante sistema urbano, tecendo relações de conectividade e complementaridade essenciais à vida pública. De acordo com sua forma, esses espaços exercem influências no seu entorno, especialmente no funcionamento das cidades e o comportamento humano, pois garantem áreas de preservação ambiental, de lazer e convívio social, além de atender as necessidades básicas urbanas de circulação, drenagem, conforto e segurança (MATTOS e CONSTANTINO, 2015).

Desse modo,

[...] os espaços livres públicos atendem as demandas de circulação de pedestres e veículos, de recreação e contemplação da paisagem, de lazer e esportes, de relaxamento, de conservação ambiental, além de possibilitar manifestações políticas e sociais. Em constante processo de transformação, tal sistema adequa-se frequentemente às novas demandas da sociedade, embora seja a disponibilidade de recursos, bem como as ações políticas, os fatores responsáveis por definirem os processos de qualificação ou desqualificação de tais sistemas (MATTOS e CONSTANTINO, 2015).

De acordo com Santos e Manolescu (2009, p. 3), uma cidade pode contar com espaços públicos que cumprem um papel importante para momentos de lazer necessários a uma população, pela agitação do dia-a-dia. Assim, espaços de circulação (ruas, praças, etc.), espaços de lazer e recreação (parques urbanos), de contemplação (jardins públicos) ou de preservação (grandes parques e reservas ecológicas), são espaços públicos que podem ser planejados para o alcance da relativa melhora na qualidade de vida dos habitantes de uma cidade. As autoras ainda afirmam que “parques, praças, centros de convivências, clubes e até mesmo alguns cinemas fazem parte dos espaços públicos oferecidos para os cidadãos”, favorecendo o convívio social e cultural (SANTOS e MANOLESCU, 2009).

Por outro lado, Ferreira (2007) enfatiza que o espaço público pode ser considerado a conexão do indivíduo com o mundo, é onde se realizam suas atividades sociais, lugar da fabricação dos objetos que garantem não somente sua reprodução, mas a do próprio mundo.

Já para Brum (2013, p. 1), “os espaços públicos de lazer se constituem num importante elo entre o poder público e a comunidade, essencial para eventos e acontecimentos de importância social e histórica”. Neste sentido, pode-se compreender que, por ser o lazer um direito de todos e que muito pode se fazer proporcionar espaços propícios a todos seus habitantes.

É nesse sentido que o Poder Público desempenha um papel importante na oferta de espaços públicos de lazer voltados a toda a população. A utilização dos espaços deve atender aos interesses da população. E aqui é importante não se perder de vista que para um melhor equacionamento dessa questão é necessária uma abordagem política mais democrática da cidade, que integre, cada vez mais, o Estado e a sociedade. Ou seja, envidar esforços continuados à criação de uma situação de gestão participativa, na qual os problemas urbanos, de modo geral, e outras questões de interesse social, possam ser tratadas de modo a que as pessoas possam atuar mais diretamente naquilo que afeta as suas vidas.

O lazer é uma questão importante que solicita essa orientação. Os próprios interessados, isto é, a população, em sua diversidade, devem participar na formulação de políticas, acompanhando os processos de sua implementação. Contudo, sabe-se que a participação não é algo simples, dependendo de tempo, consciência, vontade e outras condições à sua realização.

Para Caravelas e Bahia (2010), o diálogo entre a população e o poder público é de primordial importância, para o conhecimento das necessidades e vontades da comunidade em relação a esse setor. Entende-se que analisar o espaço para o lazer reflete nas políticas públicas, pois, por meio delas, haverá possibilidade de organizar ações que promovam a melhoria das vivências de lazer do cidadão urbano.

As autoras sugerem, ainda, a articulação intersetorial entre várias instâncias do poder público e de outros setores da sociedade como forma de empreender esforços para atender, com qualidade, a um importante direito social da população,

o direito à cidade, de forma geral, e o direito ao lazer, de forma específica (CARAVELAS e BAHIA, 2010).

No entanto, é importante criar-se estímulos a isso, no sentido de forjar uma espécie e cultura pedagógica a uma vida politicamente mais interativa e socialmente responsável. E as novas tecnologias não só podem como já estão favorecendo abordagens dessa natureza. São suportes importantes a uma certa reinvenção da política. Não é algo por si só, mas sem dúvida uma ferramenta importante a contribuir a esse propósito.

3.2. A Geografia e o Lugar do Lazer: uma discussão necessária

Observam-se alguns descompassos em relação ao espaço para o lazer. De acordo com Fernandes e Becker (2007), o crescimento das cidades nos países de economia dependente é relativamente recente e não foi acompanhado pela oferta de serviços, gerando desníveis e distorções quanto à ocupação do espaço, ficando estes desprovidos de áreas de lazer. E não é demais lembrar que o lazer, de modo geral, implica outros componentes, como transporte, infra-estruturas, segurança, tempo, etc. Para os autores, para que os elementos do espaço sejam compreendidos, é necessário insistir nas dificuldades quanto às relações sociais e materialização territorial que decorrem do processo de produção do espaço.

Frank e Yamaki (2016, p. 3) afirmam que:

[...] as atividades de lazer influenciam diretamente na ocupação e na (re)criação do espaço. Tal capacidade pode ser formalizada através de um espaço público, mantendo-se permeável através de práticas esporádicas ou fixas, podendo até ser praticadas dentro de um quarto, virtualmente através de um computador.

Existem três tipos de espaços de lazer, a saber: a) espaços concretos de lazer: forma física dominante, atividade específica, b) espaços temporários de lazer: ruas, campinhos, atividades temporárias e, c) espaços virtuais de lazer: ciberespaço (FRANK e YAMAKI, 2016). Os autores consideram o espaço de lazer associado à cultura. Nesse sentido, “o espaço do lazer, tanto quanto o espaço cultural, é um espaço social onde se estabelecem relações específicas entre seres, grupos, meios e classes” (DUMAZEDIER, 1974, p. 169).

De acordo com Silva e Miranda (2011), na sociedade urbana, o lazer é comercializado e consumido com o intuito de entretenimento, descanso e fuga do tempo de trabalho, mantendo uma estreita relação com o turismo.

Segundo Garcia (2007), o lazer se dá no espaço geográfico, onde o homem é estimulado ao desfrute incondicional do tempo livre como sua expressão maior de liberdade e prazer individual, no qual as possibilidades se alternam e se opõem, como praticar um esporte de aventura ou ler um livro, assistir a televisão ou viajar. Já o turismo aparece como uma opção de lazer, no qual o indivíduo usufrui seu tempo livre durante o deslocamento e permanência temporária em localidade diferente da sua origem, desfruta da paisagem ou de elementos intangíveis como banho de mar, visita à parques, assistir à peças de teatro, dançar.

Tanto o turismo e o lazer devem contar com planejamento. Este deve estar associado a ações de desenvolvimento territorial como um todo, senão o crescimento da atividade acarretará mais impactos negativos no território do que um desenvolvimento local. Enfatiza-se que o planejamento do lazer deve atender e garantir o acesso aos espaços públicos bem como propiciar alternativas de lazer a toda comunidade (SILVA e MIRANDA, 2011).

Segundo Yázigi (2009, p. 32) “a organização do território é fundamental para o desenvolvimento do turismo e indispensável para o habitante comum”. Cabe, então, ao Poder Público a responsabilidade de um planejamento bem feito com efetiva participação da sociedade, de forma a que o processo e o produto final reflitam melhor e mais adequadamente seus anseios e necessidades. Afinal, o que seria um bom lugar para se viver? Um lugar que se mostrasse mais ao gosto das pessoas. Não se quer dizer com isso que baste o lazer a essa condição, mas que ele integra de modo importante a sua constituição. Um lugar destituído dessa condição remeteria a idéia de um espaço mortificado, “sem vida” (BAGGIO, 2011).

Caravelas e Bahia (2010) destacam que, detectando a importância do espaço para o usufruto do lazer e analisando suas relações com o espaço urbano, podem-se observar grandes impasses para a sua vivência, decorrentes do descompasso entre o inchaço populacional e o desenvolvimento de infraestrutura para atender à grande demanda, fruto de um acelerado processo de urbanização da maioria das cidades.

Sabe-se que muitos lugares em nossas cidades, como praças destruídas, campos e quadras esportivas desativadas, edifícios que poderiam ser utilizados se mostram mais propriamente como espaços de pesadelo ou constrangimento do que espaços de vida, pois não há interesse do poder público em transformá-los. O que sugere que o lazer é algo que está no equacionamento da própria sociedade, portanto do próprio espaço. Nesse sentido, compreende-se que nenhuma transformação social de fundo logrará êxito sem a concomitância de transformações no próprio espaço. O que não se coloca como uma questão de mudanças de morfologia, tão somente, embora também o seja, sob certos aspectos e situações, mas também, e principalmente, a mudanças/transformações de usos e apropriações socialmente mais desejáveis. Dentre as quais ao próprio lazer, no sentido de um usufruto mais pleno dos espaços pela sociedade. E essa é uma questão que se coloca no campo da política e da educação, ou talvez de uma educação política do espaço (BAGGIO, 2011).

Ferreira (2007, p. 16) afirma que a compreensão do lazer, da recreação e do ócio são atividades fundamentais para o desenvolvimento humano e complementares ao trabalho e a outras atividades sociais. Para o autor, a falta de políticas que incorporem o lazer como uma atividade a ser programada, com espaços próprios pode levar as classes menos favorecidas a se refugiarem nos espaços que elas mesmas podem criar.

4. O Papel do Poder Público quanto ao Lazer de uma População

São muitos os benefícios gerados pelos espaços públicos de lazer para a melhoria de vida no ambiente urbano. Podem-se citar: a possibilidade do acontecimento de práticas sociais, momentos de lazer, encontros ao ar livre, manifestações de vida urbana e comunitária, que estimulam o desenvolvimento humano e o relacionamento entre as pessoas (VIEIRA, PEDROTTI e MASCARO, 2009).

Castro e Castro (2015, p. 143) comentam que:

[...] o lazer dentro do cenário político sempre ficará em segundo plano, tendo em vista outros setores com mais importância política como a educação, a saúde, a habitação etc., o que demonstra a restrita compreensão das contribuições que as políticas públicas para o lazer podem trazer para ganhos em qualidade de vida e em acesso à produção e consumo de elementos da cultura, por exemplo, levando a ideia de que, para o Estado, pensar políticas públicas para o lazer ocasionaria um peso a mais na despesa pública, em detrimento da compreensão de que, de fato, trata-se de investimento de recursos públicos em uma aspecto da sociedade que também contribui para o desenvolvimento (se entendido de maneira ampla).

É preciso compreender o lazer como um direito social, que deve ser alvo de atendimento por parte do Estado com o intuito de garantir o bem-estar das populações, uma vez que o lazer deve ser considerado uma demanda social de primeira necessidade (CRUZ, 2007).

Segundo o autor, políticas públicas devem ser elaboradas em relação ao lazer, que atendam aos seguintes critérios: a compreensão do lazer como cultura vivenciada no tempo disponível, significando espaços e tempo em condições materiais necessárias e suficientes para dele usufruir; opção por um poder público que seja partícipe e fomentador da organização popular e uma política pública que seja fruto da mais ampla participação dos habitantes das cidades (CRUZ, 2007).

Além disso, vale lembrar que políticas sociais brasileiras, inclusive as do lazer, precisam ultrapassar a lógica paternalista e assistencialista que ainda vem caracterizando as administrações públicas do Brasil, com inovações e melhorias nas formas de gestão pública, tais como, a participação mais intensa dos atores sociais na construção da vida em comum (MENDONÇA *et al.*, 2012).

Com a urbanização das cidades, espaços destinados ao lazer são poucos, além disso, o lazer passou a ser visto pelos grandes investidores como uma mercadoria. Para Marcellino, Barbosa e Mariano (2006), a própria cidade é um

produto a ser vendido para o desenvolvimento de atividades lucrativas. Os autores destacam a necessidade do poder municipal entender a importância dos espaços urbanos de lazer, antes que empresas os transformem em produtos acessíveis para satisfazer apenas às classes sociais mais altas.

Segundo Silva (2012, p. 7):

[...] o espaço público e os equipamentos de lazer, praças, quadras de esportes, ginásios, campos de futebol, entre outros, desempenham importante papel na qualidade de vida da população, sendo, portanto, fundamental analisar em que grau e medida o Estado tem participado da gestão destes espaços para o uso do cidadão.

Para o autor, esses fatores são considerados bens públicos e sua importância social se dá pelo fato de “cumprirem não apenas uma função estética no conjunto da cidade, mas, por possibilitarem diferentes formas de lazer, principalmente para grupos sociais de baixa renda” (SILVA, 2012, p. 3).

De acordo com Baggio (2014, p. 11):

A prevalência de interesses hegemônico-empresariais no espaço urbano, que o consubstancia como mercadoria e ambiente privilegiado de grandes negócios se afirma a despeito de instruir e modelar a produção de uma espacialidade marcada por certo esvaziamento da coletividade, pela redução da solidariedade, avanço da impessoalidade e da indiferença, e da monotonia rotineira urbana, que instauram uma atmosfera compressiva na vida cotidiana.

O autor deixa claro que surge a retração/supressão progressiva do espaço público (em franco declínio), ao mesmo passo que o desenvolvimento a espetacularização da vida - marcada pela alienação, passividade e insuficiência de participação, com as expectativas de vida apoiadas em solo instável e movediço, impondo a ela, e à existência, níveis cada vez maiores de apreensão e incerteza, angústia e insegurança (BAGGIO, 2014).

Para Castro e Castro (2015), as políticas públicas, no Brasil, não são políticas bem sucedidas, por não haver uma participação efetiva da comunidade nos projetos de desenvolvimento urbano para as cidades. Os autores afirmam que quando essas políticas são formuladas sem a participação da sociedade, ocorrem grandes falhas no processo organizacional e funcional dessas políticas.

É neste sentido que Sartório e Freire (2013) enfatiza a necessidade de se ter cidades mais humanas nos dias atuais e é preciso relacionar lazer e qualidade de

vida dos moradores, e tornando o lazer um compromisso de governos em todas as escalas, que devem criar e implementar políticas públicas visando ampliar o sentido de democracia e cidadania.

Pode-se afirmar que “as políticas públicas de lazer necessitam assegurar a todos os cidadãos o direito social ao lazer, a ter acesso aos bens de consumo assim como aos equipamentos direcionados ao lazer” (CASTRO e CASTRO, 2015, p. 143). Essas políticas públicas devem ser pensadas de forma a garantir direitos dos cidadãos de vivenciar as práticas lúdicas, no momento de tempo livre com acesso a espaços que sejam realmente democratizados.

Vale salientar que trabalhar o planejamento das cidades em uma gestão participativa, tendo um olhar mais coletivo do que individual é um grande desafio para o Poder Público, que deve pensar a cidade de forma plural em todos os seus aspectos, não apenas como receptáculo do consumo (CASTRO e CASTRO, 2015).

E neste sentido, Sawitzzki (2012) destaca que na organização de uma política pública social de lazer, é necessário definir o reordenamento urbano, ou seja, a reorganização da estrutura dos espaços físicos, equipamentos e materiais já existentes no município. Necessita-se, também da proposição de novos espaços que apresentem segurança, proporcionem convívio comunitário, no sentido de que todos gostem e adquiram o hábito de ali se reunir e de ali conviver, de se encontrar, de conversar, de discutir os problemas sociais, de planejar e de prever programações.

Sawitzzki (2012) deixa bem clara a relação existente entre as ações de lazer na cidade como fator de desenvolvimento social e a auto-organização da sociedade, proporcionando vida comunitária e qualidade de vida, com a presença do poder público mais próximo da comunidade, comunidade esta, considerada um elemento participante no processo e corresponsável por ele.

5. O Papel da Sociedade Civil na Construção de Áreas de Lazer nas Cidades

Pode-se entender que “o povo é concebido como a integralidade da sociedade representativa de uma nação, tendo como base a noção de sociedade civil, originada a partir da consolidação de pactos sociais” (GALINDO, 2005, p. 50). Mas o que se tem percebido é a falta de interesse das pessoas em relação às políticas voltadas ao lazer.

Nesse sentido, Castro e Castro (2015, p. 143) afirmam que:

Contemporaneamente observamos a falta de participação mais efetiva da sociedade na cobrança de políticas públicas para o lazer. Na dinâmica social atual as pessoas vivem uma rotina desenfreada à procura da melhoria de vida e no consumismo, na maioria das vezes não estão preocupadas com seu tempo livre, mas com outros aspectos de suas vidas que incluem principalmente saúde, educação, trabalho, e o lazer não se torna prioridade em suas vidas. Muitas pessoas nem tomam conhecimento de fato do que significa o lazer, o que faz com que essa dimensão da vida passe a ser vista como supérfluo, diante de outras prioridades do mundo moderno.

Vale destacar que muitas pessoas se tornam passivas em relação àquilo que deveria contribuir para seu bem-estar, deixando para o poder público a responsabilidade na oferta do lazer.

Neste contexto, Ferreira (2007) alega que, mesmo que se adote um discurso de participação e abertura aos movimentos, existe uma dependência de decisões que estão centralizadas. Para o autor, ainda existe uma fragilidade da entrada dos movimentos populares nas instâncias representativas criadas, o que é um obstáculo a ser ainda transposto e o protagonismo social é um tema ainda a ser aprofundado, como condição básica para a democratização das políticas urbanas no Brasil.

Quanto a isso, Sawitzki (2012) propõe o modelo de democracia participativa com mobilização da sociedade nas decisões e fiscalização das aplicações de recursos financeiros/humanos/materiais na ocupação de espaços públicos, na concretização de projetos e planos das políticas de governo para garantir direitos dos cidadãos.

Castro e Castro (2015) afirmam ainda que muitos espaços são projetados de modo a se preocupar apenas com a estética do lugar, sem levar em conta o contexto histórico-social do ambiente. Praças, parques, jardins, e equipamentos são

implantados ou revitalizados atendendo aos interesses do Poder Público com os mais diversos olhares profissionais e sem a participação da sociedade na construção de planos para áreas destinadas ao lazer urbano. Uma política de lazer deve ser pensada e desenvolvida com a participação da população envolvida. O poder público deve elaborar políticas que viabilizem melhores condições de lazer, criando estratégias de planejamento que insiram a participação da sociedade civil, como colaborador dessas políticas (CASTRO e CASTRO, 2015).

Vale ressaltar que participação popular, nas decisões sobre a vida coletiva, pode ser alcançada ainda mais rápido, uma vez que o lazer é um fenômeno que agrega não só possibilidades de descanso e divertimento, mas também, de desenvolvimento pessoal e social (MENDONÇA et al., 2012). Para os autores essa é uma participação na elaboração e efetivação da ordem social desejável a todos.

A participação popular traz avanços auspiciosos quanto à qualidade e aos objetivos das ações e políticas públicas, pois como já observado, as demandas sociais legítimas passam a ser submetidas a um maior controle social, interferindo-se mais diretamente no que afeta à vida das pessoas. Baggio (2014) afirma que isso não se dá sem dificuldades e embates permanentes entre as forças e interesses envolvidos.

A falta de políticas voltadas ao lazer e à qualidade de vida das pessoas tem ocasionado problemas significativos dentro da sociedade, especialmente problemas relacionados à saúde pública, pois a população não possui tempo para o descanso, o que pode provocar doenças como estresse, hipertensão, depressão, entre outras (CASTRO e CASTRO, 2015). Por isso a necessidade da população cobrar seus direitos.

Mendonça *et al.* (2012) atesta que a participação popular é indispensável quanto às políticas voltadas ao lazer e as pessoas, como co-gestores das mesmas, precisam de canais institucionais, citando como exemplo, as Sociedades Amigos de Bairro, através de gestores informados sobre o que ocorre não só em âmbito local, possam servir de mediação entre o poder público e os desejos da população, colaborando com a constituição de políticas realmente participativas.

Já Ferreira (2007) enfatiza a necessidade de uma adoção gradual de órgãos de controle social, na direção de uma radicalização da democracia, representando o enfrentamento das desigualdades urbanas e os anseios da população. Para o autor,

a democratização do debate sobre os orçamentos municipais também pode colaborar para uma descentralização desejável e necessária.

É importante compreender que o modelo político centralizador deve passar para a descentralização das tomadas de decisões, através da participação efetiva da comunidade.

Vale ressaltar que:

Uma política setorial de lazer deve ser construída com uma ampla discussão entre os diferentes setores e manifestações culturais, artísticas, étnicas e de lazer representativas da comunidade, no intento de valorizar as iniciativas espontâneas das comunidades. Para tanto, é necessário direcionar e dar condições para que os espaços públicos de convivência comunitária sejam dotados de infraestrutura, a fim de que passem a fazer parte do cotidiano cultural das pessoas, de forma livre, responsável e autônoma (SAWITZKI, 2012).

Sawitzki (2012, p. 12) destaca ainda a relevância da aproximação e a participação dos diversos setores do serviço público junto à sociedade, como educação, saúde, habitação, transporte urbano e serviço social, buscando desenvolver políticas setoriais de governo integradas à sociedade, bem como otimização de custos e prestação de serviços públicos mais próximos das comunidades. Para o autor, “o poder público deve direcionar a política de lazer para um processo de cogestão, de desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade”.

6. Áreas de Lazer em Ponte Nova/Minas Gerais

Este estudo buscou informações sobre áreas de lazer do município de Ponte Nova/Minas Gerais, tanto de parte da população pontenovense, como de representantes do Poder público Municipal. O município conta com vários espaços destinados ao lazer da população. Lima (2017) traz o mapeamento das áreas de lazer no perímetro urbano.

O estudo contou com a observação e registro através de fotografias feitas pelo próprio pesquisador das áreas de lazer do município, identificadas no mapa:

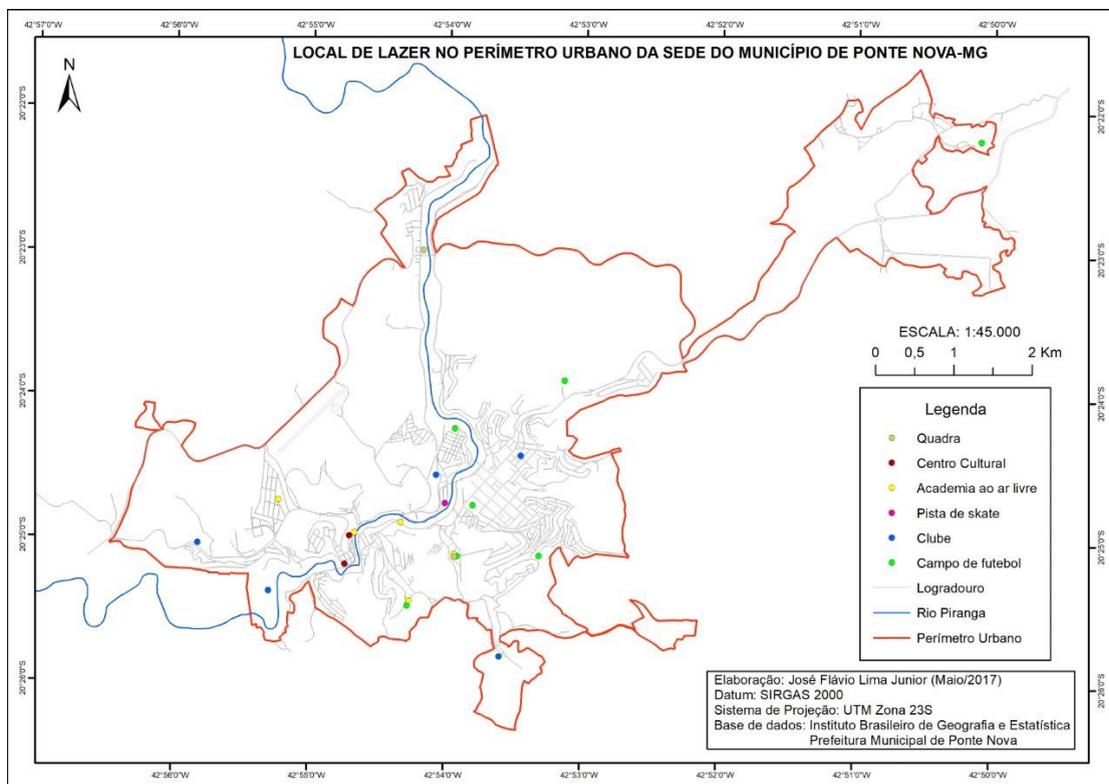


Figura 1: Mapa das áreas de Lazer do município de Ponte Nova/Minas Gerais

Fonte: LIMA JUNIOR, José Flávio. **Local de Lazer no Perímetro Urbano da Sede do Município de Ponte Nova-MG. 2017**

Quanto à população, foram entrevistadas, aleatoriamente, 15 pessoas e todas reconheceram que o município de Ponte Nova/Minas Gerais possui espaços públicos reservados ao lazer da população, citando as academias ao ar livre em todos os bairros do município, uma pista de *skate*, as praças da cidade, especialmente a praça do bairro Palmeiras.

Vale ressaltar que as academias ao ar livre, uma em cada bairro, fazem parte de projeto da Prefeitura Municipal de Ponte Nova, com foco na melhoria da

qualidade de vida da população e no estímulo à prática esportiva, uma forma de combater o sedentarismo. Já a pista de *skate*, situada na Av. Antônio Brant Ribeiro, é destinada à promoção de qualidade de vida de jovens skatistas. Essa pista já foi motivo de polêmica envolvendo comunidade e freqüentadores que, pela falta de assistência do Poder Público, decidiram realizar melhorias por conta própria (PONTE NOVA, 2016).

Em relação às praças da cidade, são locais onde se concentram grande número de pessoas, com destaque a praça do Bairro Palmeiras, local de lazer de jovens, adolescentes e, especialmente idosos que se divertem com jogos de baralho, diariamente, no período matutino.

Quanto ao estado de conservação dessas áreas, 20% das pessoas entrevistadas consideram que as áreas de lazer do município se encontram em muito bom estado de conservação, 20% consideram como bom o estado de conservação, 40% regular e 20% consideram ruim, conforme a figura 2 abaixo.

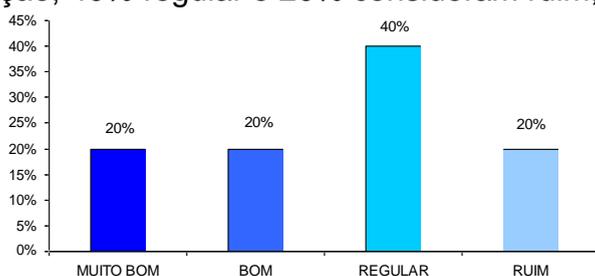


Figura 2: Estado de conservação das Áreas de Lazer
Fonte: Dados da pesquisa

Quanto ao grau de satisfação em relação às áreas de lazer oferecidas pelo poder público municipal, a maioria das pessoas entrevistadas se manifestou não muito satisfeita com o que é oferecido. A Figura 3 mostra o resultado.

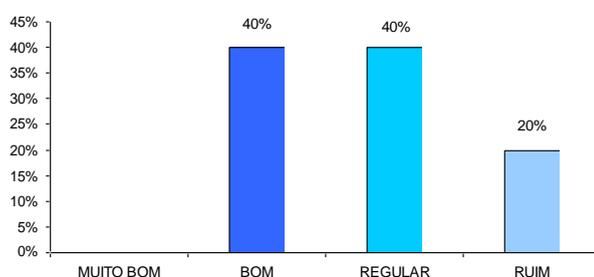


Figura 3: Áreas de Lazer oferecidas pelo Poder Público Municipal
Fonte: Dados da pesquisa

O município de Ponte Nova conta com espaços públicos e privados reservados ao lazer, mas muitos deles não têm contado com o apoio do Poder Público Municipal para sua conservação e ou revitalização. Não possui cinema e nem espaço público reservado ao teatro.

Um exemplo é o campo e a praça esportiva do Municipal Atlético Clube que, mesmo tratando-se de instituição da rede privada, necessita de apoio do Poder Público para sua revitalização, pelos prejuízos causados pela enchente de 2012, quando o Rio Piranga, que corta a cidade de Ponte Nova, transbordou e destruiu praticamente todo o espaço, conforme a Figura 4:



Figura 4: Imagem do Campo do Municipal Atlético Clube. Maio. 2017
Fonte: Elaborada pelo próprio pesquisador.

Hoje, existe uma grande preocupação das pessoas que moram ao redor deste espaço, uma vez que o mesmo se encontra totalmente abandonado, sendo utilizado como ponto de encontro de indivíduos para prática de ações ilícitas, como o uso de drogas.

É preciso parcerias entre o Poder Público e sociedade para revitalizar este espaço que tem feito muita falta para o lazer de dezenas de famílias da cidade de Ponte Nova. Esse campo além de partidas de futebol aos domingos e feriados, servia de espaço para parques de diversões e circos que periodicamente se instalavam no município.

Estudo de Almeida (2008) também destaca que animadas partidas de futebol, corrida de cavalos e os circos que se apresentavam periodicamente no Esperança Futebol Clube, na cidade de São José dos Pinhais/Paraná e que muitos espaços, como este, foram utilizados pela Administração Pública para outros fins. Para a autora, as políticas públicas responsáveis por estes espaços não possuem uma articulação com outros gestores.

A população ao redor do campo do Municipal Atlético Clube tem reivindicado o apoio da Prefeitura Municipal, mas por se tratar de um clube de associados, não

se vê interesse por parte do Poder Público em contribuir para sua revitalização. Destaca-se que, quando as associações esportivas independem de apoio do Poder Público, muitas funcionam normalmente proporcionando aos pontenovenses momentos de lazer.

Podem-se citar o Pontenovense Futebol Clube, a Sociedade Esportiva Primeiro de Maio e o Esporte Clube Palmeirense, que contam apenas com a colaboração de seus associados e da sociedade civil. As figuras 5, 6 e 7, mostram o estado de conservação desses clubes.



Figura 5: Imagem do Campo Sociedade Esportiva Primeiro de Maio
Fonte: Elaborada pelo próprio pesquisador. Maio. 2017



Figura 6: Imagem do Campo do Pontenovense Futebol Clube. Maio. 2017
Fonte: Elaborada pelo próprio pesquisador.



Figura 7: Imagem do Campo do Esporte Clube Palmeirense. Maio. 2017
Fonte: Elaborada pelo próprio pesquisador

Entrevista realizada com o Chefe de Programas de Esportes, com a Secretária Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e com o ex Secretário Municipal de Cultura e Turismo do município de Ponte Nova, mostra que a Administração Pública Municipal tem investido na melhoria de quadras poliesportivas e aquisição de academias ao ar livre.

O ex Secretário Municipal de Cultura e Turismo do município destacou que o lazer é algo amplo que se relaciona em áreas como cultura, esportes e recreação. Quanto ao aspecto cultural, segundo o ex secretário, existem espaços que proporcionam possibilidades de receberem e promoverem eventos culturais, mas muitas vezes, não possuem uma estrutura técnica adequada. Ressaltou que muitos espaços de lazer relacionados à cultura, como o Cinema, do centro do município de Ponte Nova, foram desativados para virarem hoje templos religiosos.

Quando questionados sobre o grau de satisfação em relação às áreas de lazer oferecidas pelo município, tanto o Chefe de Programas de Esportes como a Secretária de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e o ex Secretário Municipal de Cultura e Turismo responderam como regular o grau de satisfação e destacaram que existem espaços e atividades mais urgentes, espaços esses, destinados à realização de eventos e ações culturais englobando as diferentes linguagens artísticas e necessidade de parcerias com outras entidades na oferta de áreas de lazer.

Vale destacar o prédio do Hotel Glória, patrimônio histórico do município de Ponte Nova, com promessas do Poder Público em relação à sua restauração, encontrando-se em péssimo estado de conservação, conforme a Figura 8, abaixo.



Figura 8: Imagem do Hotel Glória de Ponte Nova/Minas Gerais. Maio. 2017.
Fonte: Elaborada pelo próprio pesquisador.

Quanto às academias ao ar livre, este estudo aponta que realmente foi instalada uma em cada bairro do município de Ponte Nova, mas não existem

políticas para conservação destas, uma vez que em muitos períodos do dia as academias servem de espaço para brincadeiras de crianças e adultos, sem nenhuma orientação, acabam por destruir os equipamentos. A figura 9 mostra o funcionamento de uma dessas academias livres (públicas).



Figura 9: Imagem da Academia Livre do Bairro Sagrado Coração de Jesus. Maio. 2017.

Fonte: Elaborada pelo próprio pesquisador.

Galindo (2005), em seu estudo, propõe, em relação à co-gestão dos equipamentos públicos de esporte e lazer usados pela sociedade, a instauração de Conselhos de Gestores, com as seguintes etapas: identificação de áreas e equipamentos públicos de esporte e lazer; diagnóstico da situação de cada área, no que diz respeito à manutenção e a forma de utilização; mapeamento das áreas que apresentam dificuldades no gerenciamento; reuniões com as comunidades para discutir o uso dos espaços e equipamentos em parceria com o poder público; montagem de um conselho gestor com representantes das entidades organizadas das comunidades e reuniões mensais do conselho para discutir a utilização, manutenção e ampliação dos espaços.

As academias livres de Ponte Nova, muitas vezes servem como brinquedos para crianças e muitas pessoas que deveriam usá-las, ficam impedidas, pois os equipamentos não ficam disponíveis em determinados momentos. Estudo de Castro e Castro (2015) destaca que as pessoas nem sempre podem acessar certos lugares e isso pode restringir ou desvalorizar relações de apropriação e pertencimento, entre as pessoas e os espaços de lazer, pois não se sentem pertencentes a determinados ambientes. Um outro espaço público utilizado como área de lazer é uma pista de skate que encontra-se em péssimo estado, com pichações e amontoados de lixo, conforme a figura 10, abaixo.



Figura 10: Pista de *Skate* na Vila Centenário. Maio. 2017.
Fonte: Elaborada pelo próprio pesquisador.

A pista de *skate* é de responsabilidade do Poder público Municipal, mas fica exposta a vândalos, uma vez que a prefeitura não disponibiliza profissional competente para acompanhar os jovens skatistas e nem vigia para evitar ações de vandalismo.

As pessoas veem a praça de *skate* e muitas delas nem sabem para que serve. O estudo de Castro e Castro (2015), enfatiza, nesse sentido, a necessidade de divulgação dos espaços para o conhecimento da sociedade, com fins de estimular a visitação dos mesmos. Cabe ao poder público trabalhar políticas que favoreçam o acesso da população aos espaços públicos destinados ao lazer, trabalhando não somente na criação de novos espaços, mas também na preocupação da manutenção dos equipamentos já existentes.

Pode-se observar o descaso do Poder Público municipal com determinados espaços. Um exemplo a ser destacado é uma quadra de esportes no Bairro da Vila Oliveira, onde acontecem eventos promovidos pela população do bairro. Este espaço encontra-se em péssimo estado de conservação, não contando nem mesmo com a capina que é de responsabilidade da Prefeitura Municipal e, acaba servindo de habitat para animais como roedores. A Figura 11 mostra o resultado.



Figura 10: Praça de Esportes na Vila Oliveira. Maio. 2017.
Fonte: Elaborada pelo próprio pesquisador

O lazer deve ser compreendido como um fenômeno social e uma demanda socioespacial importante e os espaços de uma cidade devem ser usados para o exercício da cidadania e prática da liberdade. Estudo de Versiani (2011) destaca que isso ainda está distante de se materializar e longe de proporcionar, através de uma vivência crítica de sua prática, mais qualidade de vida à população.

Percebe-se o interesse do Poder Público do município de Ponte Nova em disponibilizar espaços para a prática do lazer da população, mas ocorre a centralização de ações por parte da Administração Pública Municipal, sem a participação das comunidades envolvidas, uma vez que essas são o principal foco de atenção em relação ao lazer.

Considerações Finais

Este estudo leva à compreensão de que o lazer é direito de todo cidadão e que o Poder Público tem de garantir esse direito. Os espaços públicos municipais devem ser planejados e estruturados para que o indivíduo, em seu tempo livre, possa usufruir um direito que é garantido por lei.

Em seu tempo livre, o indivíduo deve buscar sua satisfação enquanto ser humano e, o lazer entra como um fenômeno que pode contribuir nessa satisfação. O estudo trouxe a compreensão de que as cidades investem em espaços privados de lazer, o que leva o cidadão ao consumismo e não à busca de qualidade de vida. Daí a necessidade do investimento do Poder Público em espaços públicos de lazer para a sua promoção.

Percebeu-se que o município de Ponte Nova/Minas Gerais, possui muitas áreas de lazer, mas muitas delas não oferecem condições de serem utilizadas pelos pontenovenses, que têm consciência de que faltam parcerias entre a Administração Pública Municipal e entidades da rede privada para sua adequada utilização.

Percebe-se, ainda, que existe uma centralização de serviços públicos em relação à disponibilização de espaços e equipamentos de lazer, sem contar com a participação das comunidades envolvidas.

O estudo mostrou o lazer como um fenômeno social e algumas áreas de lazer do município encontram-se danificadas por fenômenos naturais e pela ação do próprio homem, exigindo conservação e reconstrução e, isso depende de políticas públicas que visem um melhor acesso ao direito social explicitado na própria Constituição Federal. Mostrou também a insatisfação tanto da população como de representantes do Poder Público do município em relação à falta de espaços voltados à cultura como o cinema e o teatro.

É preciso que o cidadão viva com dignidade numa sociedade com tantas cobranças e desafios. Para isso, é necessária a elaboração de políticas públicas voltadas a toda a sociedade, buscando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, com distribuição de serviços públicos mais próximos das pessoas, mediante a diminuição das desigualdades e diferentes formas de segregações sociais.

Concluiu-se que muito pode se fazer para a oferta do lazer em Ponte Nova e o que se espera é que a Administração Pública municipal busque mais parcerias no

intuito de conservar e revitalizar as áreas de lazer já existentes e a construção de novas áreas para promoção da qualidade de vida e bem estar da população pontenovense, o que solicita, do mesmo modo, uma maior participação da sociedade na abordagem dos problemas urbanos.

Referências Bibliográficas

ABREU, Marco. **Espaço, Paisagem, Lugar, Região e Território**. 2009. Disponível em <http://geoblogdomarcola.blogspot.com.br/2009/01/espao-paisagem-lugar-regio-e-territorio.html>. Acesso em 10 abril 2017.

ALMEIDA, Cynthia Adriane de. **Espaços Públicos de Esporte e Lazer do Município de São José dos Pinhais: Formas de (Des) Apropriação**. 2008.

AMBROSIO, Rafael. **A carência de espaços públicos de lazer nas cidades brasileiras**. 2010. Disponível em <http://cidadaniaeacidade.blogspot.com.br/2010/05/blog-post.html>. Acesso em 2 mar 2017.

BAGGIO, Ulysses Cunha. O Desejo ao Réis do Chão: Apontamentos para uma Educação Espacializada. **Revista do Departamento de Geografia – USP**. V. 21, p. 91-112. 2011.

BAGGIO, Ulysses Cunha. A metrópole sob a perspectiva da alienação e da apropriação de espaços: incursões pelo centro antigo de São Paulo. **Revista do Departamento de Geografia – USP**. V. 28, p. 157-179. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 12 mai 2017.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Cidades. 2016. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=315210&search=minas-gerais|ponte-nova>. Acesso em 2 mar 2017.

GALINDO, Alexandre Gomes. Esporte e lazer municipal: reflexões sobre as bases do planejamento e gestão pública. **Revista do Plano Diretor Participativo do Município de Santana-AP**. V. 1, N. 1. 2005. Disponível em <http://www.ceap.br/artigos/ART27082009163226.pdf>. Acesso em 28 abril 2017.

CASTRO, Vandacy da Silva/ CASTRO, Cleber Augusto Trindade. A gestão pública do lazer em espaços públicos urbanos: um estudo de caso da praça do operário, no município de breves-PA. Disponível em <https://seer.ufmg.br/index.php/rbel/article/download/1702/2118>. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 139-158, set./dez. 2015. Acesso em 16 mar 2017.

COSTA, Fábio Rodrigues da; ROCHA, Márcio Mendes. Geografia: conceitos paradigmas - apontamentos preliminares. **Rev. GEOMAE**. Campo Mourão, PR V.1, N.2, p.25 – 56. 2010. Disponível em http://www.nemo.uem.br/artigos/geografia_conceitos_e_paradigmas_fabio_costa_marcio_rocha.pdf Acesso em 3 jul 2017.

CRUZ, Manoel Luís Martins da. **Políticas Públicas de Lazer**. 2007. Disponível em <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/download/1310/1121>. Acesso em 12 abril 2017.

FERNANDES, Rodrigo Blasckesi; BECKER, Elsbeth Leia Spode. Geografia, Espaço e Lazer. **Disc. Scientia**. Série: Ciências Humanas. V. 8, N. 1, p. 11-20. 2007. Disponível em < <http://sites.unifra.br/Portals/36/CHUMANAS/2007/geografia.pdf>>. Acesso em 25 abril 2017.

FERREIRA, Paulo Emílio Buarque. **Apropriação do espaço urbano e as políticas de intervenção urbana e habitacional no centro de São Paulo**. 2007.

FRANK, Bruno. Introdução às Teorias da Geografia dos Esportes: um esboço inicial. **FDeportes.com, Revista Digital**. Buenos Aires, Ano 18, Nº 188. 2014 Disponível em <http://www.efdeportes.com/efd188/as-teorias-da-geografia-dos-esportes.htm>. Acesso em 18 abr 2017.

FRANK, Bruno José Rodrigues; YAMAKI, Humberto. Reflexões e teorias sobre o lazer - um roteiro para a geografia. **R. Ra'e Ga**. V. 37, p.91 – 109. 2016. Disponível em <http://revistas.ufpr.br/raega/article/view/41103/29028>. Acesso em 18 abr 2017.

FREITAS, Eduardo de. Geografia do turismo. **Brasil Escola**. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/geografia-turismo.htm>>. Acesso em 26 de abril de 2017.

FURTADO, Pedro Henrique Machado. **Análise Socioespacial do Problema da Mobilidade Urbana de Barbacena, Minas Gerais**. 2016. Disponível em Análise Socioespacial do Problema da Mobilidade Urbana de Barbacena, Minas Gerais. Acesso em 2 mar 2017.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Editora da UFRGS. 1ª Edição. Rio Grande do Sul. 2009)

MARCELLINO, Nelson Carvalho; BARBOSA, Felipe Soligo; MARIANO, Stéphanie Helena. As Cidades e o Acesso aos Espaços e Equipamentos de Lazer. **Impulso**. Piracicaba. V. 17. N. 44, p. 55-66. 2006. Disponível em < <https://docente.ifrn.edu.br/andreacosta/planejamento-de-espacos-e-equipamentos-de-lazer/texto-3-as-cidades-e-os-equipamentos-de-lazer>>. Acesso em 15 abril 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MATTOS, Karina Andrede; Norma Regina Truppel. Espaços Livres Urbanos e Cidade: Produção e Gestão. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 03, n. 16, 2015, pp. 86-103. Disponível em https://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/gerenciamento_de_cidades/article/download/1003/1026. Acesso em 16 mar 2017.

Mendonça, Luiz César Pereira de; Silva, Emília Amélia Pinto Costa da; Oliveira, Nayara Suênia de; Dantas, Eduardo Ribeiro. **Pelo direito ao lazer: participação e mobilização social no bairro de Santa Rosa**. 2012.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 2º Edição. São Paulo: Hucitec, 1997

NUNES JUNIOR, Tarcisio Tadeu; COSTA, Heloisa Soares de Moura; COSTA, Geraldo Magela. Da Crítica ao Planejamento Urbano-Ambiental ao Planejamento Crítico. XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. **Anais**. Porto Alegre. 2010.

PADOVAN, D; SCHWARTZ, G. M. Recreação hospitalar: o papel do profissional de Educação Física na equipe multidisciplinar. **Motriz**. V. 15, n. 4 p. 1025 – 1034, out./dez. 2009.

SANTOS, Ana Carolina M. Figueira dos; MANOLESCU, Friedhilde M. K. **A Importância do Espaço para o Lazer em uma Cidade**. XII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VIII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. 2009. Disponível em <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2008/anais/arquivosEPG/EPG01058_01_O.pdf>. Acesso em 16 mar 2017.

SARTÓRIO, Fernando Domingos Vieira. **Lazer, cidadania e desigualdade: um estudo sobre vitória-ES**. 2015. Disponível em <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_8859_fernandosartorio.pdf>. Acesso em 9 jun 2017.

SARTÓRIO, Fernando Domingos Vieira; FREIRE, Ana Lucy Oliveira. **Lazer na cidade contemporânea: um estudo sobre o acesso aos equipamentos urbanos a favor da cidadania em Vitória-ES**. 2013. Disponível em <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/038.pdf>>. Acesso em 12 abril 2017.

SAWITZK, Rosalvo Luis. Políticas públicas para esporte e lazer: para além do calendário de eventos esportivos. **Licere**. Belo Horizonte, v.15, n.1, mar/2012.

SILVA, Guilhermina Castro; LOPES, Wilza Gomes Reis; LOPES, João Batista. Evolução, mudanças de uso e apropriação de espaços públicos em áreas centrais urbanas. **Ambiente Construído**. v. 11, n. 3, p. 197-212. 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ac/v11n3/a14v11n3.pdf>>. Acesso em 2 mar 2017.

SILVA, Kelson de Oliveira. Lazer, espaço público e qualidade de vida na capital potiguar – ensaio exploratório. **Turismo: Estudos e Práticas – UERN**. Mossoró/RN, vol. 1, n. 2, jul./dez. 2012. Disponível em <<http://periodicos.uern.br/index.php/turismo/article/view/336>>. Acesso em 15 abril 2017.

SILVA, Marina Duarte Gomes; MIRANDA, Elis de Araújo. Planejamento do Turismo para o Desenvolvimento Local. 2011. Disponível em <http://www.eventos.ct.utfpr.edu.br/anais/snepd/pdf/snepd2013/Marina_Duarte_Gomes.pdf>. Acesso em 23 abril 2017.

VERSIANI, Isabela Veloso Lopes. **Lazer e qualidade de vida urbana: análise a partir da distribuição de equipamentos públicos para vivência físico-esportiva.** 2011. Disponível em < <http://www.ppgds.unimontes.br/index.php/component/edocman/?task=document.download&id=78&Itemid=0>>. Acesso em 28 mai 2017.

VIEIRA, Marianna A.; PEDROTTI, Ariane; MASCARÓ, Juan José. Qualidade de vida nos espaços públicos de lazer de Passo Fundo. **X Salão de Iniciação Científica – PUCRS.** 2009. Disponível em < http://www.pucrs.br/edipucrs/XSalaoIC/Ciencias_Sociais_Aplicadas/Planejamento_Urbano_e_Regional/70912-MARIANNA_ASSUNCAO_VIEIRA.pdf>. Acesso em 24 abri 2017.

YÁZIGI, Eduardo. **Saudades do Futuro: por uma teoria do planejamento territorial do turismo.** São Paulo: Plêiade, 2009. 573 p.

APÊNDICES

Apêndice I

Questionário Aplicado à População

1) Ponte nova possui áreas de lazer? Quais?

2) Como você avalia as áreas de lazer de Ponte Nova?

() Muito bom () Bom () Regular () Ruim

3) Qual o seu grau de satisfação em relação às áreas de lazer oferecidas pelo município de Ponte Nova?

() Muito bom () Bom () Regular () Ruim

4) Quais espaços de lazer o município de Ponte Nova falta oferecer? Porque?

5) Qual a importância que você atribuiu ao lazer?

Apêndice II

Questionário aplicado aos gestores municipais:

1) Ponte nova possui áreas de lazer? Quais?

2) Como você avalia as áreas de lazer de Ponte Nova?

() Muito bom () Bom () Regular () Ruim

3) Qual o seu grau de satisfação em relação às áreas de lazer oferecidas pelo município de Ponte Nova?

() Muito bom () Bom () Regular () Ruim

4) Quais espaços de lazer o município de Ponte Nova falta oferecer? Porque?

5) Qual a importância que você atribuiu ao lazer?

6) O Poder Público Municipal tem feito parcerias com a sociedade, para construção de áreas de lazer?

() Sim () Não Quais?

7) Que sugestões você daria para melhoria da oferta de áreas de lazer em Ponte Nova?
